ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO

CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS JARDINS DAS UNIDADES DO SESC GOIÁS

DADOS DO CONSOLIDADOR:

Nome: Bruno Fernandes Ramos

Lotado: Seção de Planejamento de Compras

Departamento: Gerência de Compras e Apoio Operacional

DADOS DA ENTIDADE COMPRADORA:

Entidade: SESC (Serviço Social do Comércio)

Unidade: Sesc Campinas, Sesc Cidadania, Sesc Faiçalville, Sesc Mesa Brasil Goiânia, Sesc Pirenópolis, Sesc Thermas Jataí e Sesc Universitário.

Critério de julgamento: Menor Preço por Item

Formato: Eletrônico

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para realização dos serviços de manutenção dos jardins das Unidades do Sesc Goiás.

2. ITENS E QUANTITATIVOS

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	UNI	QUANT
1	**SESC CAMPINAS**	Serviço de Jardinagem: Medida aproximada: 130m² de área de jardim	MÊS	12
2	**SESC CIDADANIA**	Serviço de Jardinagem: Medida aproximada: 4500m² de área de jardim	MÊS	12
3	**SESC FAIÇALVILLE**	Serviço de Jardinagem: Medida aproximada: 10.000m² de área de jardim	MÊS	12
4	**SESC MESA BRASIL GOIÂNIA**	Serviços de jardinagem: Jardim externo – 1,70m x 15,80m Jardim estacionamento – 1,10m x 5,70m Jardim estacionamento – 1,10m x 8,50m Jardim Caixa D'água - 1,30m x 0,45m	MÊS	12
5	**SESC PIRENÓPOLIS**	Serviço de Jardinagem: Medida aproximada: áreas verdes que consiste em 4.878,46M² e vasos de plantas.	MÊS	12
6	**SESC THERMAS JATAÍ**	Serviço de Jardinagem: Medida aproximada: 600m² de áreas verdes e jardins Poda estimada de 101 arvores da espécie Oitis, 9 palmeiras imperial, 3 coqueiros grandes e 7 coqueiros médios.	MÊS	12
7	**SESC UNIVERSITÁRIO**	Serviço de Jardinagem Medida aproximada: Área verde da Unidade, somadas constituem um total de 1.653,38 m²	MÊS	12

2.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

a) ITEM 1

UNIDADE SESC CAMPINAS

Descrição: Serviço de Jardinagem, compreendendo a manutenção, o fornecimento de mão-de-obra especializada, bem como ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários a plena execução das atividades. Os serviços serão executados nos jardins e área externa, dentro dos limites da propriedade da unidade, abrangendo as áreas verde e vasos de plantas.

Serviços a serem executados:

a) Poda do gramado com bordaduras.

b) Podas de conformação e limpeza.

c) Limpeza de erva daninha.

d) Controle de pragas e doenças.

e) Arejamento do solo.

f) Adubação, com fornecimento de adubo orgânico, químico e calcário e todo material necessário, conforme necessidade.

g) Irrigação e pulverização do jardim.

h) Responsabilizar-se pelo plantio de novas espécies vegetais, sempre que necessária a substituição daquelas já existentes, sugerindo quais espécies devem ser adquiridas pela unidade.

i) Efetuar a remoção definitiva para fora das instalações do Sesc de detritos, resíduos, papéis localizados dentro das áreas ajardinadas e vasos ornamentais, lixo orgânico e inorgânico resultante da manutenção dos jardins.

j) Fornecimento de todo o material (ex.: sacos plásticos), ferramentas e maquinário tais como cortadores de grama, roçadeiras, lâminas, nylon, serras, pás, tesouras, enxadas, vassouras, pulverizadores, uniformes de funcionário, luvas ou quaisquer outros que se fizerem necessários à plena execução dos serviços. Os materiais a serem empregados deverão ser de primeira qualidade.

k) Execução dos serviços dentro da melhor técnica e recomendações próprias de manejo agrícola.

b) ITEM 2

UNIDADE SESC CIDADANIA

Descrição: Serviço de Jardinagem, compreendendo a manutenção, o fornecimento de mão-de-obra especializada, bem como ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários a plena execução das atividades. Os serviços serão executados nos jardins e área externa, dentro dos limites da propriedade da unidade, abrangendo as áreas verde e vasos de plantas.

Serviços a serem executados:

a) Poda do gramado com bordaduras

b) Podas de conformação e limpeza

c) Limpeza de erva daninha

d) Controle de pragas e doenças

e) Arejamento do solo

f) Adubação, com fornecimento de adubo orgânico, químico e calcário e todo material necessário 2 (duas) vezes ao ano ou em frequência menor conforme necessidade apontada pela unidade.

g) Irrigação e pulverização do jardim

h) Responsabilizar-se pelo plantio de novas espécies, sempre que necessária a substituição daquelas já existentes, ou sugerindo quais espécies devem ser adquiridas pela unidade.

i) Efetuar a remoção definitiva para fora das instalações do Sesc de detritos, resíduos, papéis localizados dentro das áreas ajardinadas e vasos ornamentais, lixo orgânico e inorgânico resultante da manutenção dos jardins.

j) Fornecimento de todo os materiais (ex.: sacos plásticos), ferramentas e maquinário tais como cortadores de grama, roçadeiras, lâminas, nylon, serras, pás, tesouras, enxadas, vassouras, pulverizadores, uniformes de funcionário, luvas ou quaisquer outros que se fizerem necessários à plena execução dos serviços. Os materiais a serem empregados deverão ser de primeira qualidade.

k) Execução dos serviços dentro da melhor técnica e recomendações próprias de manejo agrícola

c) ITEM 3

UNIDADE SESC FAIÇALVILLE

Descrição: Serviço de Jardinagem, compreendendo a manutenção, o fornecimento de mão-de-obra especializada, bem como ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários a plena execução das atividades. Os serviços serão executados nos jardins e área externa, dentro dos limites da propriedade da unidade, abrangendo as áreas verde e vasos de plantas.

Serviços a serem executados:

a) Poda do gramado com bordaduras.

b) Podas de conformação e limpeza.

c) Limpeza de erva daninha.

d) Controle de pragas e doenças.

e) Arejamento do solo.

f) Adubação, com fornecimento de adubo orgânico, químico e calcário e todo material necessário, anualmente ou em periocidade menor, conforme necessidade apontada pela unidade.

g) Irrigação e pulverização do jardim.

h) Responsabilizar-se pelo plantio de novas espécies vegetais, sempre que necessária a substituição daquelas já existentes, sugerindo quais espécies devem ser adquiridas pela unidade.

i) Efetuar a remoção definitiva para fora das instalações do Sesc de detritos, resíduos, papéis localizados dentro das áreas ajardinadas e vasos ornamentais, lixo orgânico e inorgânico resultante da manutenção dos jardins.

j) Fornecimento de todo os materiais (ex.: sacos plásticos), ferramentas e maquinário tais como cortadores de grama, roçadeiras, lâminas, nylon, serras, pás, tesouras, enxadas, vassouras, pulverizadores, uniformes de funcionário, luvas ou quaisquer outros que se fizerem necessários à plena execução dos serviços. Os materiais a serem empregados deverão ser de primeira qualidade.

k) Execução dos serviços dentro da melhor técnica e recomendações próprias de manejo agrícola.

d) ITEM 4

UNIDADE SESC MESA BRASIL GOIÂNIA

Descrição: Serviço de Jardinagem, compreendendo a manutenção, o fornecimento de mão-de-obra especializada, bem como ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários a plena execução das atividades. Os serviços serão executados nos jardins e área externa, dentro dos

limites da propriedade da unidade, abrangendo as áreas verde e vasos de plantas.

Serviços a serem executados:

a) Poda do gramado com bordaduras, bem como a remoção de matos que nascem nas calçadas externas e internas.

b) Podas de conformação e limpeza (arvores, arbustos, coqueiros entre outros)

c) Limpeza de erva daninha em toda área externa.

d) Controle de pragas e doenças.

e) Arejamento do solo.

f) Adubação, com fornecimento de adubo orgânico, químico e calcário e todo material necessário, anualmente ou em periocidade menor, conforme necessidade apontada pela unidade.

g) Irrigação e pulverização do jardim.

h) Responsabilizar-se pelo plantio de novas espécies vegetais, sempre que necessária a substituição daquelas já existentes, sugerindo quais espécies devem ser adquiridas pela unidade.

i) Efetuar a remoção definitiva para fora das instalações do Sesc de detritos, resíduos, papéis localizados dentro das áreas ajardinadas e vasos ornamentais, lixo orgânico e inorgânico resultante da manutenção dos jardins.

j) Fornecimento de todo os materiais (ex.: sacos plásticos), ferramentas e maquinário tais como cortadores de grama, roçadeiras, lâminas, nylon, serras, pás, tesouras, enxadas, vassouras, pulverizadores, uniformes de funcionário, luvas ou quaisquer outros que se fizerem necessários à plena execução dos serviços. Os materiais a serem empregados deverão ser de primeira qualidade.

k) Execução dos serviços dentro da melhor técnica e recomendações próprias de manejo agrícola.

e) ITEM 5

UNIDADE SESC PIRENÓPOLIS

Descrição: Serviço de Jardinagem, compreendendo a manutenção, o fornecimento de mão-de-obra especializada, bem como ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários a plena execução das atividades. Os serviços serão executados nos jardins e área externa, dentro dos limites da propriedade da unidade, abrangendo as áreas verde e vasos de plantas.

Serviços a serem executados:

a) Poda do gramado com bordaduras;

b) Podas de conformação e limpeza;

c) Limpeza de erva daninha;

d) Controle de pragas e doenças;

e) Arejamento do solo;

f) Adubação, com fornecimento de adubo orgânico, químico e calcário e todo material necessário, conforme necessidade;

g) Irrigação e pulverização do jardim;

h) Responsabilizar-se por coroamento das plantas e pelo plantio de novas espécies vegetais, sempre que necessária a substituição daquelas já existentes, sugerindo quais espécies devem ser adquiridas pela unidade;

i) Efetuar a remoção definitiva para fora das instalações do Sesc de detritos, resíduos, papéis localizados dentro das áreas ajardinadas e vasos ornamentais, lixo orgânico e inorgânico resultante da manutenção dos jardins.

j) Fornecimento de todo os materiais (ex.: sacos plásticos), ferramentas e maquinário tais como cortadores de grama, roçadeiras, lâminas, nylon, serras, pás, tesouras, enxadas, vassouras, pulverizadores, uniformes de funcionário, luvas ou quaisquer outros que se fizerem necessários à plena execução dos serviços. Os materiais a serem empregados deverão ser de primeira qualidade.

k) Execução dos serviços dentro da melhor técnica e recomendações próprias de manejo agrícola.

f) ITEM 6

UNIDADE SESC THERMAS JATAÍ

Descrição: Serviço de Jardinagem, compreendendo a manutenção, o fornecimento de mão-de-obra especializada, bem como ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários a plena execução das atividades. Os serviços serão executados nos jardins e área externa, dentro dos limites da propriedade da unidade, abrangendo as áreas verde e vasos de plantas.

Serviços de jardinagem a serem executados:

a) Roçagem do gramado;

b) Poda de limpeza das árvores (remoção de galhos secos, doentes ou que atrapalham a circulação de pessoas/veículos);

c) Executar a supressão das árvores mortas, evitando riscos de acidentes e garantir o replantio com a mesma espécie preservando a identidade e a uniformidade da arborização da unidade;

d) Limpeza de erva daninha;

e) Controle de pragas e doenças.;

f) Arejamento do solo;

g) Adubação, com fornecimento de adubo orgânico, químico e calcário e todo material necessário, conforme necessidade;

h) Irrigação e pulverização do jardim;

i) Responsabilizar-se pelo plantio de novas espécies vegetais, sempre que necessária a substituição daquelas já existentes, sugerindo quais espécies devem ser adquiridas pela unidade;

j) Efetuar a remoção definitiva para fora das instalações do Sesc de detritos, resíduos, papéis localizados dentro das áreas ajardinadas e vasos ornamentais, lixo orgânico e inorgânico resultante da manutenção dos jardins.

k) Fornecimento de todo os materiais (ex.: sacos plásticos), ferramentas e maquinário tais como cortadores de grama, roçadeiras, lâminas, nylon, serras, pás, tesouras, enxadas, vassouras, pulverizadores, uniformes de funcionário, luvas ou quaisquer outros que se fizerem necessários à plena execução dos serviços. Os materiais a serem empregados deverão ser de primeira qualidade.

l) Execução dos serviços dentro da melhor técnica e recomendações próprias de manejo agrícola.

g) ITEM 7

UNIDADE SESC UNIVERSITÁRIO

Descritivo: Serviço de Jardinagem, compreendendo a manutenção, o fornecimento de mão-de-obra especializada, bem como ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários a plena execução das atividades. Os serviços serão executados nos jardins e área externa, dentro dos limites da propriedade da unidade, abrangendo as áreas verde e vasos de plantas.

Serviços a serem executados:

a) Poda do gramado com bordaduras.

b) Podas de conformação e limpeza.

c) Limpeza de erva daninha.

d) Controle de pragas e doenças.

e) Arejamento do solo.

f) Adubação, com fornecimento de adubo orgânico, químico e calcário e todo material necessário, anualmente ou em periocidade menor, conforme necessidade apontada pela unidade.

g) Irrigação e pulverização do jardim.

h) Responsabilizar-se pelo plantio de novas espécies vegetais, sempre que necessária a substituição daquelas já existentes, sugerindo quais espécies devem ser adquiridas pela unidade.

i) Efetuar a remoção definitiva para fora das instalações do Sesc de detritos, resíduos, papéis localizados dentro das áreas ajardinadas e vasos ornamentais, lixo orgânico e inorgânico resultante da manutenção dos jardins.

j) Fornecimento de todo os materiais (ex.: sacos plásticos), ferramentas e maquinário tais como cortadores de grama, roçadeiras, lâminas, nylon, serras, pás, tesouras, enxadas, vassouras, pulverizadores, uniformes de funcionário, luvas ou quaisquer outros que se fizerem necessários à plena execução dos serviços. Os materiais a serem empregados deverão ser de primeira qualidade.

k) Execução dos serviços dentro da melhor técnica e recomendações próprias de manejo agrícola.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A excelência na gestão e manutenção dos ambientes é um pilar fundamental para as Unidades do Sesc Goiás. A contratação de serviços especializados de jardinagem é, portanto, indispensável para garantir a contínua conservação e aprimoramento de seus espaços verdes.

Esses serviços abrangem uma gama essencial de atividades, incluindo, mas não se limitando a:

- Manutenção Fitossanitária: Corte e poda técnica de gramados, árvores e arbustos, controle eficaz de pragas e doenças, capina e remoção de ervas daninhas, assegurando a saúde e o desenvolvimento adequado da flora.

- Gestão de Resíduos: Limpeza de terrenos, recolhimento e destinação ambientalmente responsável de lixo verde e outros resíduos, contribuindo para a salubridade e organização dos espaços.

- Zelo Estético e Funcional: A jardinagem contínua e profissional nos canteiros e áreas externas é crucial para a preservação da beleza paisagística e a funcionalidade dos ambientes.

O Impacto Estratégico e os Riscos de Negligência:

A manutenção rigorosa desses espaços verdes não se restringe apenas à estética; ela é um investimento direto na qualidade de vida e na segurança de nossos colaboradores, alunos, hóspedes e frequentadores. Ao manter ambientes externos bem cuidados, o Sesc não só valoriza sua imagem institucional, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade, o bem-estar social e a organização, mas também mitiga riscos críticos:

- Degradação Ambiental: A ausência de manutenção periódica leva rapidamente à degradação dos espaços, desvalorizando o patrimônio da instituição.

- Riscos à Saúde e Segurança: A negligência fomenta a proliferação de animais peçonhentos e pragas, comprometendo diretamente a segurança e a saúde de todos que utilizam as instalações.

- Não Conformidade Legal: A falta de cuidado com as áreas verdes pode resultar no descumprimento de normas ambientais e de segurança exigidas por órgãos fiscalizadores, acarretando penalidades e danos à reputação.

Dessa forma, a necessidade de um serviço periódico e especializado de jardinagem é incontestável. É a garantia de que as unidades do Sesc disporão de áreas externas que não apenas encantam, mas que também operam alinhadas aos mais altos padrões de segurança, saúde pública e conforto ambiental, refletindo a seriedade e o respeito que a instituição dedica ao seu público e ao meio ambiente.

4. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

4.1. O processo de seleção será realizado por itens, conforme tabela constante no tópico 2. deste Termo de Referência, podendo o interesse oferecer proposta para todos os itens ou somente para aqueles em que houver interesse.

4.2. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Instrumento quanto às especificações do objeto.

4.3. Cada serviço deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global.

4.4. A proposta comercial deve especificar o objeto com as características, quantidades, valores e deverá ser redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, observados os prazos, condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.5. No(s) preço(s) cotado(s) pelo interessado considerar-se-ão incluídos todos os custos diretos e indiretos, necessários à completa e perfeita realização do objeto, tais como: despesas com mão de obra, administração, leis sociais, encargos de natureza trabalhista, previdenciário, alimentação, hospedagem, transporte de material e de pessoal, equipamentos e materiais, instalação, frete, seguros, embalagens, treinamentos, manuais, garantias (quando aplicável), qualquer despesa acessória e/ou necessária não especificada neste Instrumento, os tributos (impostos, taxas, emolumentos), inclusive o diferencial do ICMS de origem, nos casos de fornecimento de materiais oriundos de outro Estado que não de Goiás, contribuições fiscais e parafiscais, assim como o lucro, razão pela qual não serão considerados pleitos de acréscimos após a abertura da proposta.

4.6. As propostas comerciais deverão especificar claramente o prazo de sua validade, não podendo ser inferior a **90 (noventa) dias corridos**, contados da data de apresentação, sendo considerado este prazo na falta de especificação de outro na proposta.

5. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

5.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1.1. Apresentar Certidão de Registro, emitida pelo respectivo Conselho de Classe, na qual conste a compatibilidade entre a atividade regular da empresa e o objeto desta licitação.

5.1.1.1. No caso da empresa ter sede em outro Estado e, consequentemente, ser inscrita no CREA de origem (e a empresa vier a ser declarada vencedora do certame), deverá apresentar, obrigatoriamente (até a data da assinatura do respectivo instrumento de contrato), visto junto ao CREA/GO por força do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, em consonância com a Resolução nº 1.121 de 2019, do CONFEA.

5.1.1.2. Nos casos em que a atividade exceda o prazo estabelecido no art. 14 da Resolução nº 1.121 de 13 de dezembro de 2019, deverá a empresa vencedora do certame regularizar e manter regular sua situação junto ao CREA/GO, até que se conclua integralmente o contrato ou instrumento equivalente.

5.1.2. Declaração de indicação de responsáveis técnicos pela execução do serviço, devidamente registrados e com situação regular junto ao respectivo conselho de classe e que tenha atribuição para a atividade.

5.1.3. Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao conselho, do(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s) pela licitante na Declaração do Responsável Técnico para a realização do objeto desta licitação.

5.1.3.1. Caso a licitante vier a ser declarada vencedora do certame, sendo o profissional indicado por esta com registro junto ao Conselho de outro Estado, deverá estar ciente quanto a apresentação do visto do profissional junto ao Conselho do estado de Goiás, por força do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, em consonância com a Resolução nº 1.121, de 13 dezembro de 2019, do CONFEA.

5.2. Apresentar declaração de visita (vistoria técnica) fornecida pelo Gerente da Unidade ou responsável ou a declaração emitida pela empresa licitante, de conhecimento para todos os fins de direito, todas as condições, facilidades e/ou dificuldades e recursos existentes para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação.

5.3. VISITA TÉCNICA

5.3.1. Considerando a importância do conhecimento do local e das condições de instalação da CONTRATANTE, é recomendável a realização de visita técnica, sendo facultativa aos fornecedores interessados, o que não inviabiliza a apresentação de declaração pelas empresas de conhecimento para todos os fins de direito, todas as condições, facilidades e/ou dificuldades e recursos existentes para o cumprimento das obrigações objeto deste Termo de Referência, arcando com eventuais prejuízos que venha a sofrer em decorrência da execução dos serviços;

5.3.2. Aos fornecedores interessados na realização de visita ao local de execução do objeto desta licitação, ela deverá ser realizada nas dependências da Unidade, conforme endereço disponibilizado no **Tópico 7 - Local de Realização dos Serviços**, a ser procedida até o dia imediatamente anterior à data da sessão de abertura do certame, por intermédio de seu representante/responsável, a fim de verificarem as condições para a realização do serviço. As visitas deverão ser precedidas de agendamento junto ao Gerente ou responsável da respectiva Unidade, em horário de expediente, mediante prévio agendamento, conforme dados abaixo:

5.3.2.1. ITEM 01 – UNIDADE SESC CAMPINAS

Responsável Técnico: Paulo de Faria Veloso

Telefone: (62) 99141-6006

5.3.2.2. ITEM 02 – UNIDADE SESC CIDADANIA

Responsável Técnico: Daniela Divina Vieira Pontes

Telefone: (62) 3250-8092 / (62) 98595-5100

Responsável Técnico: Weily Aparecido Oliveira Cardoso

Telefone: (62) 3250-8092 / (62) 98595-5100

5.3.2.3. ITEM 03 - UNIDADE SESC FAIÇALVILLE

Responsável Técnico: Patrícia Ferreira Santos Nunes

Telefone: (62) 99109-7521

5.3.2.4. ITEM 04 - UNIDADE SESC MESA BRASIL - GOIÂNIA

Responsável Técnico: Nayara Modes Cintra

Telefone: (62) 3412-7681

5.3.2.5. ITEM 05 - UNIDADE SESC PIRENÓPOLIS

Responsável Técnico: Ana Paula Aragão Ribeiro

Telefone: (62) 3141-0010/ (62) 98644-0143

5.3.2.6. ITEM 06 - UNIDADE SESC THERMAS JATAÍ

Responsável Técnico: Edatiane Santana de Oliveira

Telefone: (62) 999206-7987

5.3.2.7. ITEM 07 - UNIDADE SESC UNIVERSITÁRIO

Responsável Técnico: Brayner Heep Lagares

Telefone: (62) 3522-6101

6. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

6.1 O Contrato ou instrumento equivalente, terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da última assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite previsto no artigo 33 da Resolução de n. 1593/2024 SESC e 1270/2024 SENAC, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

6.1.1. O objeto tenha sido prestado regularmente;

6.1.2. A CONTRATANTE mantenha interesse na execução do objeto;

6.1.3. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação;

6.1.4. Os preços contratados permaneçam compatíveis com a prática de mercado;

6.1.5. A CONTRATADA mantenha as condições de qualificação e não esteja cumprindo penalidade que o impeça de formalizar e prorrogar contratos com o SESC Goiás e SENAC Goiás.

6.1.6. Exista dotação orçamentária;

6.1.7. Exista previsão no contrato ou instrumento equivalente acerca da prorrogação.

6.2. A prestação de serviço deverá ser iniciada em até 15 (quinze) dias após a última assinatura do contrato ou documento equivalente.

6.3. A frequência da realização dos serviços deverá ocorrer conforme mencionado abaixo:

6.3.1. Item 1 Sesc Campinas: A visita deverá ocorrer 1 (uma) vez por semana (segunda-feira ou sexta-feira) - Horários: das 08h às 17h.

6.3.2. Item 2 - Sesc Cidadania: A visita deverá ocorrer 2 (duas) vez por semana (quarta-feira e aos sábados) - Horários: das 08h às 17h.

6.3.3. Item 3 - Sesc Faiçalville: A visita deverá ocorrer 3 (três) vezes por semana (entre segunda-feira a sábado) - Horários: das 08h às 17h.

6.3.4. Item 4 - Sesc Mesa Brasil - Goiânia: A visita deverá ocorrer 1 (uma) vez por mês (entre segunda-feira a sexta-feira) - Horários: das 08h às 17h.

6.3.5. Item 5 - Sesc Pirenópolis: A visita deverá ocorrer 1 (uma) vez por semana (quinta feira) - Horários: das 08h às 17h.

6.3.6. Item 6 - Sesc Thermas Jataí: A visita deverá ocorrer 3 (três) vezes por semana (segunda-feira, terça-feira e quarta-feira) - Horários: das 08h às 17h.

6.3.6.1. As Podas dos 101 (cento e um) árvores da espécie oitis, deverá ocorrer 1 (uma) vez durante o período de 12 meses, preferencialmente no período seco (entre os meses de maio e agosto, antes do período de chuva)

6.3.6.2. As podas de 09 (nove) palmeiras imperiais, 03 (três) coqueiros grandes e 07 (sete) coqueiros médios deverá ocorrer 4 (quatro) vez no ano, de preferência nos meses de fevereiro, maio, setembro e dezembro, considerando o ciclo das palmeiras e coqueiros.

6.3.7. Item 7 - Sesc Universitário: A visita deverá ocorrer 2 (duas) vezes por semana (entre segunda-feira a sexta-feira) - Horários: das 08h às 17h.

6.4. Os serviços deverão ser prestados por pessoal devidamente uniformizados e identificados.

6.5. Caso o serviço solicitado seja prestado de forma inadequada, caberá ao fiscal da contratação ou funcionário por designado, informar a empresa contratada e o serviço deverá ser refeito sem ônus adicional em até 1 (um) dia após a notificação de desacordo.

6.6. Na hipótese de fato superveniente que justifique eventual prorrogação do prazo de execução, a solicitação de prorrogação deve ocorrer durante o transcurso do prazo e termo aditivo deve ser formalizado, a fim de garantir a conclusão do objeto, seu recebimento e respectivo pagamento dentro da vigência contratual.

7. LOCAL DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO E DADOS DE FATURAMENTO

7.1. ITEM 1 - SESC CAMPINAS (CNPJ: 03.671.444/0003-09)

Razão Social: Serviço Social do Comércio – SESC - Administração Regional no Estado de Goiás

Endereço: Avenida Rio Grande do Sul, nº 123, Setor Campinas, Goiânia/GO - CEP: 74520-070.

7.2. ITEM 2 - SESC CIDADANIA (CNPJ: 03.671.444/0009-02)

Razão Social: Serviço Social do Comércio - SESC - Administração Regional no Estado de Goiás

Endereço: Rua C-197, esquina com Av. C-198 e Rua C-224, s/n, qd. 498, lt. 1/21, Jardim América, Goiânia/GO – CEP: 74270-030.

7.3. ITEM 3 - SESC FAIÇALVILLE (CNPJ: 03.671.444/0005-70)

Razão Social: Serviço Social do Comércio – SESC - Administração Regional no Estado de Goiás

Endereço: Avenida Ipanema, Nº 1600, Qd 234 e 235, Setor Faiçalville, Goiânia/GO, CEP: 74350-010.

7.4. ITEM 4 - SESC MESA BRASIL (CNPJ: 03.671.444/0011-19)

Razão Social: Serviço Social do Comércio – SESC - Administração Regional no Estado de Goiás

Endereço: Av. Vera Cruz, s/n, Qd. 45A, Lt 1 ao 7, Jardim Guanabara, Goiânia/GO, CEP: 74675-830

7.5. ITEM 5 - SESC PIRENÓPOLIS (CNPJ: 03.671.444/0010-38)

Razão Social: Serviço Social do Comércio – SESC - Administração Regional no Estado de Goiás

Endereço: Rua dos Pireneus, nº 45, Centro Histórico, Pirenópolis/GO, CEP: 72980-240

7.6. ITEM 6 - SESC TERMAS JATAÍ (CNPJ: 03.671.444/0020-00)

Razão Social: Serviço Social do Comércio – SESC - Administração Regional no Estado de Goiás

Endereço: Rodovia BR 158, n° 10.000, Qd. Área, Lt. Área, Fazenda Bonsucesso, Jataí/GO, CEP: 75801-701.

7.7. ITEM 7 - SESC UNIVERSITÁRIO (CNPJ: 03.671.444/0002-28)

Razão Social: Serviço Social do Comércio – SESC - Administração Regional no Estado de Goiás

Endereço: Avenida Universitária, nº 1749, Setor Universitário, Goiânia/GO, CEP: 74610-100.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão efetuados obedecendo aos seguintes critérios:

Descrição	Periodicidade	Condições de Pagamento

Contratação de empresa especializada para realização dos serviços de manutenção dos jardins	Parcelado	Mediante a apresentação da NF e execução dos serviços.

8.2. Os pagamentos estarão condicionados à perfeita execução do objeto, que deverão estar em conformidades com as condições, prazos e especificações constantes deste Termo de Referência, apurados e atestados pelo fiscal formalmente designado.

8.3. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias subsequentes à entrega da Nota Fiscal/Fatura, desde que os serviços tenham sido conferidos e aceitos pela CONTRATANTE nos prazos, definidos neste Instrumento.

8.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da documentação que consta no edital, nada obstando que a própria entidade constate a regularidade da Contratada por intermédio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais pertinentes.

8.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

8.6. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.6.1. não prestou os serviços nas especificações contratadas de acordo com as exigências contidas neste Instrumento;

8.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

8.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.7. Constatando-se a situação de irregularidade na documentação fiscal da contratada será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

8.8. A não regularização das condições de qualificação no prazo estipulado ensejará a aplicação de penalidades e, conforme o caso, a rescisão contratual, após regular processo administrativo no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, cabendo à CONTRATANTE o pagamento pelo objeto regularmente executado.

8.9. O pagamento será efetuado através de Crédito em Conta ou Boleto Bancário, observando os prazos e condições estipulados neste Instrumento.

8.10. No caso de pagamento através de crédito em conta, a conta indicada deve ser de titularidade da CONTRATADA e será incluída no cadastro de fornecedores, não sendo efetuado o pagamento através de crédito em conta de terceiros;

8.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = (6/100) / 365

I = 0,00016438

TX (percentual de Taxa Anual) = 6%

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto por colaborador especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

9.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Instrumento.

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada.

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

9.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;

9.6.3. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do Contrato ou instrumento equivalente.

9.8. Realizar avaliações da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

9.9. Cientificar o órgão competente para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

9.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, Contrato ou instrumento equivalente e aditamentos, técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

9.11. A autoridade competente designará representantes para as funções de gestor e fiscal do Contrato.

9.12. Receber o objeto da contratação, atestando sua conformidade com a proposta aceita e condições descritas neste Instrumento;

9.13. Proporcionar as facilidades que considerar indispensáveis a boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso, se

necessário, de empregados, prepostos ou representantes da CONTRATADA nas suas dependências;

9.14. Suspender a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.

9.15. Cumprir as orientações técnicas expedidas pela CONTRATADA eximindo-a de responsabilidades no caso de não autorizar a realização de quaisquer serviços por ela recomendadas.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o objeto conforme especificações deste Instrumento e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Instrumento e em sua proposta.

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE, devendo ressarcir imediatamente a CONTRATANTE em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no chamamento público, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.4. Manter durante toda a execução do Contrato ou instrumento equivalente as condições de qualificação e adotar as medidas necessárias para a regularização de eventuais pendências nesta documentação.

10.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato ou instrumento equivalente, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.

10.6. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal na prestação de eventuais serviços.

10.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

10.8. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato ou instrumento equivalente.

10.10. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Instrumento, no prazo determinado.

10.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.12. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do objeto da contratação.

10.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato ou instrumento equivalente.

10.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto.

10.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

10.17. Executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

10.18. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE.

10.19. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato ou instrumento equivalente.

10.20. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados para a execução do serviço.

10.21. Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Instrumento.

10.22. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da CONTRATANTE.

10.23. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

10.24. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

10.25. Cumprir as regras, prazos, horários e locais de execução.

10.26. Apresentar os seguintes termos assinados:

a) Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da contratada; e

b) Termo de Ciência da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado por todos os empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação.

10.27. Caso não seja possível a executar na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência, dentro do prazo de execução, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

10.28. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

10.29. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

10.30. A contratada deverá cumprir as seguintes normas de segurança do trabalho:

a) Responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os equipamentos (inclusive de proteção individual), acessórios, serviços de remoção e transporte de resíduos, uniformes, bem como os demais utensílios necessários à execução dos serviços contratados, sem qualquer custo adicional.

b) Deve garantir a conformidade com as normas regulamentadoras NR 18 (segurança do trabalho) e NR 35 (trabalho em altura), especialmente em atividades como corte de árvores, uso de escadas, trabalhos em vias movimentadas e manuseio de ferramentas manuais.

10.31. A contratada deverá apresentar Documento de Responsabilidade Técnica (ART e/ou RRT e/ou TRT) de execução dos serviços, registrada junto ao seu respectivo conselho de classe profissional (CREA e/ou CAU e/ou CRT), em nome do responsável técnico da empresa vencedora, comprovando na documentação o vínculo do responsável técnico com a empresa vencedora.

10.32. A comprovação de vínculo profissional dar-se-á pela apresentação de cópia dos seguintes documentos:

a) Empregado - Carteira profissional - CTPS (dados de identificação e período de registro) ou ficha de registro;

b) Prestador de Serviço - Contrato de prestação de serviços, com firma reconhecida das partes;

c) Sócio - Contrato social e alterações ou ata (s) de assembleia (s)

d) Diretor - Cópia do Estatuto social da Licitante e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. A contratada não poderá transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo 12 (doze) meses, sendo que dentro do prazo de vigência do Contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 12 (doze) meses a contar da data de apresentação da proposta, mediante a aplicação do índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.6. Conforme previsto no art. 43, do Regulamento, o reajuste previsto em contrato poderá ser formalizado por apostilamento ou aditivo, sendo possível a negociação entre as partes quanto ao percentual a ser aplicado, mediante expressa concordância da contratada com a respectiva carta de anuência.

13. PENALIDADES

13.1. Em caso de inadimplemento total, parcial, sem motivo de força maior, a licitante estará sujeita, no que couber, e garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

13.1.1. Por atraso injustificado:

a) Advertência;

b) Multa; e

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o SESC e SENAC Goiás, por um prazo de até 3 (três) anos.

13.1.2. Por inexecução total ou parcial do objeto:

a) Advertência;

b) Multa; e

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o SESC e SENAC Goiás, por um prazo de até 3 (três) anos.

13.2. Para fins de dosimetria da penalidade, serão aplicados os seguintes parâmetros:

13.2.1. FALTAS LEVES: na hipótese de inadimplemento parcial de obrigações de pequena monta, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da contratante e a despeito das quais a regular prestação dos serviços não reste inviabilizada;

13.2.2. FALTAS MÉDIAS: caracterizadas pela inexecução parcial do Contrato ou instrumento equivalente que, embora não inviabilizem a execução do objeto, acarretam prejuízos à contratante.

13.2.3. FALTAS GRAVES: caracterizadas pela inexecução parcial ou total de obrigações que acarretem prejuízos aos serviços da contratante, inviabilizando total ou parcialmente a execução do Contrato ou instrumento equivalente, notadamente em decorrência de conduta culposa da CONTRATADA;

13.2.4. FALTAS GRAVÍSSIMAS: caracterizadas por inexecução parcial ou total de obrigações que acarretem prejuízos relevantes aos serviços da contratante, podendo levar, inclusive, a interrupção de serviços essenciais, causar dano ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros, lesão corporal, ou mesmo gerar dano reputacional à imagem da contratante, inviabilizando a execução do Contrato ou instrumento equivalente, em decorrência de conduta culposa ou dolosa da CONTRATADA.

13.3. De acordo com os conceitos apresentados nos itens **13.2.1 a 13.2.4**, será utilizada a seguinte escala:

FALTA	GRAU
LEVE	1
MÉDIA	2
GRAVE	3
GRAVÍSSIMA	4

13.4. A dosimetria da penalidade será realizada conforme pontuação obtida pela empresa em virtude do número de ocorrências identificadas durante a fiscalização contratual, considerando-se as obrigações previstas neste Instrumento e a tabela abaixo:

OCORRÊNCIA	GRAU
1. Atraso na prestação dos serviços	**1**
2. Realizar os serviços fora dos padrões exigidos.	**4**
3. Recusa em corrigir um serviço prestado de forma inadequada no prazo de 1 (um) dia após notificação, conforme exigido.	**3**
4. Utilização de trabalho de menor de 16 anos ou trabalho noturno/perigoso/insalubre para menores de 18 anos.	**4**
5 . Danos materiais significativos ao patrimônio do Sesc (ex: quebra de equipamentos da unidade ou mobiliário) devido à negligência da equipe da CONTRATADA.	**4**

13.5. O percentual de multa compensatória será aplicado de acordo com a tabela abaixo, respeitado o máximo de 30% (trinta por cento) sobre o valor global do Contrato ou instrumento equivalente:

Grau	Correspondência
1	3% (três por cento)
2	5% (cinco por cento)
3	10% (dez por cento)
4	15% (quinze por cento)

13.6. As multas estabelecidas nesta cláusula são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutivamente, de acordo com as normas que regeram a contratação, mas somente serão definitivas depois de exaurido o processo administrativo.

13.7. Quando se tratar de inexecução parcial, o valor da multa será proporcional à parcela que deixou de ser executado.

13.8. Em caso de reincidência por atraso injustificado poderá a empresa ser penalizada com sanção mais grave.

13.9. A suspensão do direito de licitar e contratar será aplicada quando:

a) a inexecução contratual acarretou dano reputacional à CONTRATANTE;

b) a inexecução contratual acarretou a paralisação de serviços essenciais;

c) houve reincidência na inexecução contratual, mesmo após reiteradas notificações enviadas pelo fiscal do Contrato sem que a empresa tenha envidado esforços para regularizar as falhas; ou

d) demais casos apurados em processo administrativo.

13.10. O prazo da suspensão do direito de licitar e contratar será definido em processo administrativo, a partir dos seguintes parâmetros:

13.10.1. 03 (três) anos, para a situação descrita no item **13.9,** "a", "b" e "c";

13.10.2. 01 (um) ano, para os demais casos, sempre que não houver justificativa para o agravamento da penalidade.

13.11. Caso a inexecução contratual se enquadre em mais de uma hipótese prevista no tópico **13.9** deverá ser aplicado o maior prazo, de acordo com os parâmetros definidos no tópico **13.10**, salvo se as situações atenuantes justificarem prazo menor.

13.12. Estará sujeita à penalidade de Impedimento do Direito de Licitar pelo prazo mínimo de 04 (quatro) e máximo de 06 (seis) anos, com abrangência nacional, a licitante que incorrer em alguma das hipóteses a seguir:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.13. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a contratante;

e) a reparação integral dos danos causados à CONTRATANTE.

13.14. Só serão considerados motivos de força maior, para fins de isenção das penalidades previstas neste instrumento, todo fato ou circunstâncias imprevisíveis, impossíveis de serem evitadas, que impeçam real e diretamente o cumprimento das obrigações contratuais, como definido no Código Civil Brasileiro.

13.15. Fica facultada a defesa prévia da CONTRATADA, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

13.16. Em caso de aplicação da penalidade de multa, quando transcorridos os prazos estabelecidos para defesa e para pagamento, a CONTRATANTE reserva-se o direito de reter e/ou descontar o valor da penalidade dos créditos que a CONTRATADA eventualmente tenha a seu favor, sem prejuízo da proposição de medidas judiciais e ou extrajudiciais cabíveis.

13.17. Na hipótese de recusa injustificada em assinar o Contrato ou instrumento equivalente no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da convocação, a empresa estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor registrado no Contrato ou instrumento equivalente, podendo culminar com a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Sesc e Senac Goiás, por um prazo de até 3 (três) anos, bem como com a perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de propostas oferecidas, sem prejuízo de outras penalidades, conforme expressa disposição do inciso II do art. 39 do Regulamento de Licitações e Contratos[, a depender dos prejuízos acarretados.

13.18. Na hipótese prevista no item acima, a contratante poderá convocar os demais participantes, respeitada a ordem de classificação.

13.19. O prazo de convocação para assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa vencedora, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

14. DA CONFIDENCIALIDADE

14.1. A CONTRATADA reconhece que, durante a execução do objeto contratual, poderá ter acesso, ainda que de forma indireta ou não intencional, a informações confidenciais e dados pessoais.

14.2. A CONTRATADA compromete-se a manter total confidencialidade em relação às informações confidenciais e aos dados pessoais acessados, comprometendo-se a não divulgá-los, ceder, doar, repassar, vender, reproduzir por qualquer meio, transferir, armazenar em nuvem ou dispositivos removíveis, enviar por e-mail ou distribuí-los a terceiros, salvo mediante autorização expressa da CONTRATANTE. Também se obriga a não utilizá-los para benefício próprio ou de terceiros, ou para qualquer finalidade ou atividade diversa da execução do objeto contratual.

14.3. Para fins deste Instrumento, consideram-se informações confidenciais quaisquer dados, informações técnicas, negociais ou conhecimentos relacionados ao negócio, produtos, serviços, sistemas, hardware, software, desenvolvimento, bases de dados, listas de clientes e fornecedores, relatórios, processos, técnicas administrativas, especificações, projetos, aquisições, contabilidade, marketing, correspondências, e-mails, entre outros, obtidos em razão do serviço prestado, independentemente da forma de apresentação (escrita, digital, oral ou visual).

14.4. Para os fins deste Instrumento, consideram-se dados pessoais quaisquer informações relacionadas a uma pessoa natural que permitam identificá-la ou torná-la identificável, como nome completo, RG, CPF, e-mail, data de nascimento, endereço, telefone, fotografia, dados de saúde, e outros dados eventualmente acessados ou coletados durante a execução do objeto contratual.

14.5. A CONTRATADA está ciente de que é expressamente proibido utilizar informações confidenciais ou dados pessoais obtidos no curso da execução do objeto contratual para qualquer finalidade não autorizada pela CONTRATANTE.

14.6. A CONTRATADA obriga-se a preservar a confidencialidade das informações e a proteção dos dados pessoais eventualmente armazenados em decorrência da execução do objeto contratual para a CONTRATANTE, garantindo que sejam mantidos em local seguro e acessíveis exclusivamente por pessoas devidamente autorizadas.

14.7. Caso ocorra qualquer falha na manutenção do sigilo, a CONTRATADA compromete-se a informar imediatamente à CONTRATANTE, reconhecendo que a comunicação não exclui sua responsabilidade pelos danos decorrentes.

14.8. A CONTRATADA compromete-se a devolver e/ou eliminar todos as informações e dados pessoais tratados, nos seguintes casos:

i. Por solicitação da CONTRATANTE;

ii. Em caso de rescisão contratual;

iii. Com o término da vigência do contrato, salvo obrigação legal que justifique sua manutenção.

14.9. Em caso de violação das obrigações previstas nesta Cláusula, a CONTRATADA será responsável por ressarcir a CONTRATANTE por perdas e danos, incluindo danos materiais e imateriais decorrentes do descumprimento, bem como por ações de terceiros que resultem de seu ato ou omissão.

14.10. A CONTRATADA reconhece que será solidariamente responsável por eventuais multas impostas por autoridades competentes, indenizações individuais ou coletivas ajuizadas por titulares de dados, além de ser obrigada a reparar perdas e danos adicionais, sejam eles materiais, morais ou reputacionais.

14.11. Esta Cláusula de Confidencialidade possui caráter irrevogável e irretratável, sendo válida a partir da assinatura do Contrato e permanecendo em vigor por um período de 10 (dez) anos após o término da relação contratual e a devolução integral de quaisquer informações e dados pessoais armazenados pela CONTRATADA.

15. DA PROTEÇÃO DE DADOS

15.1. As Partes comprometem-se a tratar os dados pessoais necessários à execução do presente Instrumento exclusivamente para as finalidades nele previstas, em estrita conformidade com as condições pactuadas, respeitando integralmente a legislação vigente aplicável à segurança da informação, privacidade e proteção de dados, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

15.2. As Partes obrigam-se a se adequar a quaisquer alterações legislativas que impactem a estrutura do contrato ou a execução de suas atividades, garantindo a continuidade do cumprimento das normas aplicáveis à proteção de dados pessoais.

15.3. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a realizar o tratamento de seus dados pessoais fornecidos em decorrência deste Instrumento, permitindo sua coleta, conservação, utilização e, quando necessário, transferência às empresas do SISTEMA FECOMÉRCIO, exclusivamente para o cumprimento das atividades contratuais, obrigações legais e regulatórias.

15.4. A CONTRATADA assegurará que os dados pessoais necessários à execução do presente Instrumento e seus aditivos não sejam acessados, compartilhados ou transferidos para terceiros (incluindo subcontratados, agentes autorizados e afiliados) sem o consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE.

15.5. Caso a CONTRATANTE autorize o compartilhamento de dados pela CONTRATADA, a CONTRATADA deverá garantir que tais terceiros se obriguem, por escrito, a garantir a mesma proteção aos Dados Pessoais estabelecida neste Instrumento. Não obstante, a CONTRATADA será responsável por todas as ações e omissões realizadas por tais terceiros, relativas ao Tratamento dos Dados Pessoais, como se as tivesse realizado.

15.6. Durante a vigência do contrato e após seu término, pelo prazo legal necessário ao exercício regular de direitos, a CONTRATADA compromete-se a assegurar, no tratamento de dados pessoais, os seguintes princípios:

i. Boa-fé na coleta e utilização dos dados;

ii. Finalidade legítima, específica e informada, com tratamento compatível com o propósito estabelecido;

iii. Minimização, limitando a coleta ao estritamente necessário;

iv. Livre acesso aos titulares, com consulta facilitada e gratuita sobre os dados tratados;

v. Garantia da qualidade, com dados atualizados e exatos;

vi. Transparência, com informações claras e acessíveis aos titulares;

vii. Segurança, mediante a adoção de medidas técnicas e administrativas adequadas;

viii. Prevenção de danos aos titulares;

ix. Não discriminação em decorrência de tratamento indevido;

x. Accountability (prestação de contas) sobre as práticas de proteção de dados.

15.7. A CONTRATADA deve, mediante solicitação da CONTRATANTE, realizar a correção, eliminação, anonimização ou bloqueio de dados tratados, conforme disposto na LGPD.

15.8. A CONTRATADA notificará a CONTRATANTE imediatamente por meio do Encarregado de Proteção de Dados sobre qualquer solicitação, reclamação ou notificação administrativa, judicial ou do próprio titular relacionada ao tratamento de dados pessoais decorrente do contrato.

15.9. A CONTRATADA deverá:

i. Manter registros atualizados das operações de tratamento de dados realizadas;

ii. Adotar medidas técnicas e administrativas eficazes para evitar destruição, perda, alteração, acesso não autorizado ou tratamento inadequado de dados pessoais;

iii. Assegurar a segurança das informações tratadas.

15.10. Em caso de incidentes de segurança (perda, alteração, deleção ou divulgação indesejada ou não autorizada) ou descumprimento das obrigações contratuais ou legais, a CONTRATADA deverá:

i. Notificar a CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas por meio do Encarregado de Proteção de Dados;

ii. Fornecendo informações detalhadas sobre o ocorrido, se possível, contendo no mínimo: (i) data e hora do incidente; (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA; (iii) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; (iv) número de usuários afetados (volumetria do incidente); (v) identidade específica de cada um dos titulares afetados; (vi) dados de contato do Encarregado pelo Tratamento de Dados da CONTRATADA, ou outra pessoa junto à qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido; e (vii) descrição das possíveis consequências do evento; e (viii) as medidas adotadas para mitigação dos danos.

iii. Auxiliar a CONTRATANTE no cumprimento de obrigações judiciais ou administrativas relacionadas à proteção de dados, implementando ações necessárias para resolver incidentes e minimizar riscos;

iv. Manter sigilo e não divulgar qualquer informação sobre eventual incidente de segurança;

v. A CONTRATANTE avaliará o incidente e notificará a Autoridade Nacional de Proteção de Dados e os titulares, quando entender necessário;

vi. A CONTRATADA se responsabilizará por quaisquer sanções e indenizações decorrentes de incidentes causados em razão de sua única e exclusiva conduta, restando este instrumento contratual constituído como título executivo extrajudicial, caso a CONTRATANTE venha a arcar com quaisquer danos.

15.11. A CONTRATANTE tem o direito de acompanhar, monitorar e auditar as atividades da CONTRATADA relacionadas à proteção de dados pessoais, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.

15.12. Na hipótese de identificação de inconsistências ou irregularidades quando da condução das auditorias, deverá a CONTRATADA providenciar a imediata remediação, comprovando à CONTRATANTE, em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas, as medidas mitigadoras adotadas.

15.13. A propriedade dos dados pessoais tratados no âmbito do contrato permanecerá exclusivamente da CONTRATANTE, seus empregados, clientes, fornecedores ou parceiros, não transferindo qualquer titularidade à CONTRATADA.

15.14. O descumprimento de obrigações legais ou contratuais pela CONTRATADA ou por terceiros por ela contratados, gerará sua responsabilidade exclusiva, ficando isenta a outra parte de quaisquer consequências legais decorrentes.

15.15. A CONTRATANTE reserva-se o direito de regresso contra a CONTRATADA para ressarcimento de prejuízos decorrentes de violações às obrigações assumidas nesta cláusula.

16. DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

16.1. A CONTRATADA reconhece e declara estar plenamente ciente das normas legais relativas à prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, em conformidade com a legislação brasileira aplicável, especialmente o Código Penal, a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e a Lei n.º 12.683/2012 (Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro). Compromete-se a cumpri-las rigorosamente, abrangendo seus sócios, administradores, colaboradores e terceiros que atuem em seu nome, de forma direta ou indireta.

16.2. No cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, a CONTRATADA se compromete a: (i) Conduzir suas atividades e práticas comerciais com ética, integridade e total observância à legislação vigente; (ii) Adotar as melhores práticas de monitoramento e controle com o intuito de prevenir atos de corrupção, fraudes, ilícitos ou lavagem de dinheiro praticados por seus representantes ou terceiros contratados.

16.3. A CONTRATADA compromete-se a adotar, na medida de sua estrutura e capacidades, práticas e medidas adequadas para a prevenção de atos ilícitos e para o cumprimento da legislação aplicável.

16.4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de, periodicamente, realizar auditorias nos processos e registros da CONTRATADA relacionados a este Termo de Referência, a fim de verificar o cumprimento das disposições éticas e anticorrupção.

16.4.1. A CONTRATADA deverá garantir à CONTRATANTE amplo e irrestrito acesso às informações e documentos necessários para tais verificações.

16.5. A CONTRATADA compromete-se a informar de imediato à CONTRATANTE qualquer situação que caracterize, ou possa caracterizar, conflito de interesses, prática de corrupção, fraude ou outra irregularidade relacionada ao Termo de Referência.

16.6. No caso de vir a ser denunciada ou investigada por condutas contrárias à ética ou integridade empresarial, a CONTRATADA deverá comunicar a ocorrência prontamente à CONTRATANTE e colaborar integralmente com as investigações cabíveis.

16.7 A CONTRATANTE coloca à disposição canais de denúncia seguros e confidenciais, que deverão ser utilizados pela CONTRATADA sempre que houver necessidade.

16.8. O descumprimento de qualquer disposição desta cláusula poderá ensejar a rescisão imediata do contrato, a exclusivo critério da CONTRATANTE, sem necessidade de aviso prévio ou outra formalidade.

17. INDICAÇÃO DO FISCAL, SUPLENTE E GESTOR DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

ITEM 1 - SESC CAMPINAS	
Gestor Nome: Claudia de Castro Oliveira Montes Cargo: Gerente de Unidade Matrícula: 1702 CPF: xxx.xxx.xxx-68	
Fiscal Nome: Flavia Alves Rocha Cargo: Assistente Técnico Matrícula: 10270 CPF: xxx.xxx.xxx-68	Suplente Nome: Paulo de Faria Veloso Cargo: Assistente Técnico Matrícula: 2303 CPF: xxx.xxx.xxx-20
ITEM 2 - SESC CIDADANIA	

Gestor Nome: Paulo Vitor de Lima Cargo: Coordenador de Setor Matrícula: 10561 CPF: xxx.xxx.xxx-68	
Fiscal Nome: Daniela Divina Vieira Pontes Cargo: Supervisora de Setor Matrícula: 7142 CPF:xxx.xxx.xxx-82	Suplente Nome: Weily Aparecido Oliveira Cardoso Cargo: Assistente Técnico Administrativo Matrícula: 3309 CPF: xxx.xxx.xxx-97
ITEM 3 - SESC FAIÇALVILLE	
Gestor Nome: Patrícia Ferreira Santos Nunes Cargo: Supervisor de Setor Matrícula: 4926 CPF: xxx.xxx.xxx-42	
Fiscal Nome: José Carlos dos Santos Cargo: Assistente Técnico III Matrícula: 12205 CPF: xxx.xxx.xxx-29	Suplente Nome: Alessandra Alves Martins Cargo: Assistente Administrativo Matrícula: 10446 CPF: xxx.xxx.xxx-63
ITEM 4 - SESC MESA BRASIL GOIÂNIA	
Gestor Nome: Érika Cristina Azevedo Nascimento Cargo: Gerente de Unidade e.e. Matrícula: 10731 CPF: xxx.xxx.xxx-00	
Fiscal Nome: Cleber Silva dos Santos Cargo: Assistente Administrativo Matrícula: 7038 CPF: xxx.xxx.xxx-00	Suplente Nome: Luciano Alves de Castro Cargo: Assistente Administrativo Matrícula: 6816 CPF: xxx.xxx.xxx-71
ITEM 5 - SESC PIRENÓPOLIS	
Gestor Nome: Maiza Claudia Xavier Kamimura Cargo: Gerente de Unidade Matrícula: 9785 CPF: xxx.xxx.xxx-95	
Fiscal Nome: Ana Paula Aragão Ribeiro Cargo: Chefe de Setor Matrícula: 9973 CPF: xxx.xxx.xxx-39	Suplente Nome: Charles Robson de Sousa Cargo: Assistente Administrativo IV Matrícula: 11134 CPF: xxx.xxx.xxx-89
ITEM 6 - SESC THERMAS JATAÍ	
Gestor Nome: Ieda Santana Barreto Cargo: Gerente Unidade Matrícula: 9305 CPF: xxx.xxx.xxx-65	
Fiscal Nome: Edatiane Santana de Oliveira Cargo: Coordenadora de Unidade Matrícula: 8285 CPF: xxx.xxx.xxx-20	Suplente Nome: Ana Claudia Paulino Gomes Cargo: Assistente Matrícula: 12440 CPF: xxx.xxx.xxx-25
ITEM 7 - SESC UNIVERSITÁRIO	
Gestor Nome: Brayner Heep Lagares Cargo: Assistente Técnico Administrativo Matrícula: 11679 CPF:xxx.xxx.xxx-07	
Fiscal Nome: Alexandre Ismael Neves Cargo: Assistente Administrativo Matrícula: 6517 CPF: xxx.xxx.xxx-04	Suplente Juliana Gonçalves Costa Santos Cargo: Analista Matrícula: 9666 CPF:xxx.xxx.xxx-82

Goiânia, 19 de agosto de 2026.

ELABORADOR POR:

Taísa Portela de Souza Oliveira

Analista de Mercado

CPF: xxx.xxx.xxx-20 | Matrícula: 11014

APROVADO POR

Hugo Murillo Martins Pereira

Supervisor da Seção de Planejamento de Compras

CPF: xxx.xxx.xxx-40 | Matrícula: 10582

Documento assinado eletronicamente por **Taisa Portela De Souza Oliveira**, **Administrativo**, em 21/08/2026, às 14:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Hugo Murillo Martins Pereira**, **Supervisor(a) de Seção**, em 21/08/2026, às 14:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://seisenac.df.senac.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0597129** e o código CRC **3A47CB19**.

sescgo.com.br @sescgo